



Prefeitura da Cidade do Recife – PCR

Concurso Público 2014

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

Auditor do Tesouro Municipal

Prova I – 20.09.2014

TIPO 4 – AZUL

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala:
 - a) uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - b) este caderno de prova contendo **setenta questões objetivas**, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - a) conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - b) ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas das questões objetivas;
 - c) marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - d) assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
6. O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
7. O tempo disponível para a realização da prova é de **quatro** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
8. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de prova.
9. Somente depois de decorrida **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
10. Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de prova.
11. Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas da prova objetiva ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
12. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
13. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
14. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **23/09/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pcr
15. O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00 do dia **24/09/2014** até as 23h59 do dia **25/09/2014**, observado o horário oficial do Recife-PE, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pcr, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto 1

Uma ideia

Os americanos são supersticiosos, mas também são práticos. Treze é um número de azar em todo o mundo, mas só nos Estados Unidos fizeram algo a respeito: para anular os efeitos do número maldito, os prédios lá construídos não têm o décimo terceiro andar. No painel dos elevadores, a numeração pula do 12 para o 14. É claro que o 14 é o 13 que não ousa dizer seu nome e, mesmo com pseudônimo, continua a ser o 13. Não interessa. Num hotel americano, por exemplo, você jamais ficará num andar azarento.

(Veríssimo, O Globo, 17/8/2014)

01

No texto, a frase “Não interessa” indica

- (A) desinteresse pelo assunto abordado.
- (B) abandono da argumentação lógica.
- (C) desprezo por um tema não importante.
- (D) apelo ao humor.
- (E) adoção de um discurso popular.

02

Assinale a afirmativa que indica a frase do texto que mostra **ilogicidade**.

- (A) “Os americanos são supersticiosos, mas também são práticos”.
- (B) “Treze é um número de azar em todo o mundo, mas só nos Estados Unidos fizeram algo a respeito...”.
- (C) “...para anular os efeitos do número maldito, os prédios lá construídos não têm o décimo terceiro andar”.
- (D) “No painel dos elevadores, a numeração pula do 12 para o 14”.
- (E) “É claro que o 14 é o 13 que não ousa dizer seu nome e, mesmo com pseudônimo, continua a ser o 13”.

Texto 2

Carta de leitor

Cinemas de rua. Torço pelas salas de cinema de rua e as frequento com assiduidade, apesar da inconveniência dos portadores de celulares e *tablets*, da barulhada com comilança, dos que conversam como na sala da própria casa, da ineficiência de muitas projeções e da pouca cordialidade dos funcionários que, entre um despreparo e outro, lançam a cara feia para cinéfilos que acompanham os créditos até o fim.

(Eduardo S. Duarte. O Globo, 17/8/2014)

03

Assinale a frase que destoa das demais por **não** seguir o paralelismo sintático.

- (A) Da inconveniência dos portadores de celulares e *tablets*.
- (B) Da barulhada com comilança.
- (C) Da pouca cordialidade dos funcionários.
- (D) Da ineficiência de muitas projeções.
- (E) Dos que conversam como na sala da própria casa.

04

Assinale a opção que apresenta a causa de alguns funcionários olharem os cinéfilos com cara feia.

- (A) Eles atrasarem seu trabalho.
- (B) Eles reclamarem de muita coisa.
- (C) Eles acompanharem o filme até o final.
- (D) Eles fazerem barulho durante as projeções.
- (E) Eles não deixarem celulares e *tablets* em casa.

05

“Torço pelas salas de cinema de rua e as frequento com assiduidade, apesar da inconveniência dos portadores de celulares e *tablets*, da barulhada com comilança, dos que conversam como na sala da própria casa, da ineficiência de muitas projeções e da pouca cordialidade dos funcionários que, entre um despreparo e outro, lançam a cara feia para cinéfilos que acompanham os créditos até o fim”.

Os vocábulos sublinhados têm a função de

- (A) esclarecer o significado de alguns vocábulos.
- (B) organizar o discurso, repetindo alguns termos.
- (C) evitar a presença de muitas frases curtas.
- (D) substituir orações anteriores para abreviar o discurso.
- (E) estabelecer coerência entre elementos do texto.

06

Os cinéfilos citados no texto “acompanham os créditos até o fim” porque

- (A) desejam curtir o filme por mais tempo.
- (B) gostam de apreciar a trilha sonora.
- (C) se interessam por detalhes técnicos.
- (D) procuram informar-se sobre os custos da filmagem.
- (E) querem ter conhecimento da duração do filme.

07

Tendo o texto por referência, as palavras **inconveniência**, **ineficiência** e **despreparo** só **não** apresentam em comum

- (A) a presença de prefixos junto a substantivos.
- (B) o valor semântico dos prefixos.
- (C) o sentido negativo dos vocábulos.
- (D) a mesma classe de palavras.
- (E) a referência a ações humanas.

Texto 3

Uma ética de mão dupla

“Desde que a lei de combate à corrupção entrou em vigor, no começo do ano, o especialista em Direito Público Fábio Medina Osório mergulhou numa intensa agenda de viagens para explicar aos grandes empresários brasileiros os meandros da norma que propõe punir com rigor as empresas que tiverem funcionários envolvidos em escândalos de corrupção. Ex-promotor do Ministério Público do Rio Grande do Sul, doutor em direito administrativo e presidente do Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado (Iiede), Medina vê na lei que impõe severas sanções aos corruptores o início do que pode ser uma profunda mudança de costumes – dos maus costumes. Mas alerta: não adianta tentar punir apenas o empresário.”

(Veja, 20/08/2014)

08

Segundo o que se pode depreender do texto, a finalidade das palestras do jurista é

- (A) explicitar as punições a serem aplicadas aos empresários envolvidos em atos de corrupção.
- (B) explicar aos empresários as medidas que devem ser tomadas para que se evitem severas sanções.
- (C) esclarecer os empresários sobre os desdobramentos da lei de combate à corrupção.
- (D) divulgar os princípios da lei que entrou em vigor em 2014, ainda desconhecida no meio empresarial.
- (E) mostrar as vantagens de uma lei que pretende mudar certos maus costumes do meio empresarial, ainda que não se limite só a ele.

09

As opções a seguir apresentam dados sobre o entrevistado que valorizam sua entrevista, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A intensa ocupação do jurista.
- (B) O público a que se destinam suas palestras.
- (C) A titulação acadêmica do entrevistado.
- (D) Os cargos que ocupa e ocupou.
- (E) O exemplo de moralidade nos costumes.

10

“Medina vê na lei que impõe severas sanções aos corruptores o início do que pode ser uma profunda mudança de costumes – dos maus costumes”.

Na parte final desse período, o segmento “dos maus costumes” funciona como

- (A) a intromissão de um elemento humorístico.
- (B) a especificação dos “costumes” antes mencionados.
- (C) a retificação de uma informação incompleta.
- (D) a reafirmação enfática de uma informação já dada.
- (E) uma redundância desnecessária de uma informação.

11

O alerta dado no final do texto aponta para

- (A) a necessidade de a lei ampliar seu campo de ação.
- (B) o perigo de usar-se a lei como vingança pessoal.
- (C) a falta de lei semelhante para o cidadão comum.
- (D) o risco de facilitarem-se os radicalismos moralizantes.
- (E) a urgência de efetivamente cumprirem-se as penas estabelecidas.

12

“Desde que a lei de combate à corrupção entrou em vigor, no começo do ano, o especialista em Direito Público Fábio Medina Osório mergulhou numa intensa agenda de viagens para explicar aos grandes empresários brasileiros os meandros da norma que propõe punir com rigor as empresas que tiverem funcionários envolvidos em escândalos de corrupção”.

Sobre os tempos verbais empregados nesse segmento do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) As formas “entrou” e “mergulhou” mostram ações simultâneas.
- (B) A forma “explicar” indica uma ação futura em relação a “mergulhou”.
- (C) A forma “explicar” equivale à forma desenvolvida “para que explique”.
- (D) A forma “propõe” marca uma ação que se repete no presente.
- (E) A forma “tiverem” aponta uma ação possível no futuro.

Matemática Financeira

13

Com relação à equivalência de fluxos de caixa, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () No sistema de amortizações constantes, os juros decrescem com o tempo, para taxas de juros não nulas e para um prazo maior do que um período.
- () As parcelas de um financiamento no sistema *Price* e SAC são iguais no último período.
- () No sistema *Price*, a amortização é crescente com o tempo para taxas de juros não nulas e para um prazo maior do que um período.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e V.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

14

Com relação aos conceitos de taxas de juros, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A taxa anual equivalente à taxa de 1% ao mês, sob o regime de juros simples, é maior do que 12%.
- () A taxa trimestral necessária para que se dobre o principal após 1 ano, sob o regime de juros simples, deve ser igual a 25%.
- () Uma taxa nominal não nula pode ser igual à taxa efetiva equivalente em termos anuais, se o período de capitalização for menor do que 12 meses.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) V, F e F.
- (C) F, F e V.
- (D) F, V e V.
- (E) F, V e F.

15

Suponha que uma herança de R\$ 1 milhão deva ser repartida entre três filhas em partes proporcionais a suas idades, que são de 70, 85 e 95 anos. Da mais nova para a mais velha, as heranças recebidas serão, respectivamente (em milhares de R\$):

- (A) 270, 350 e 380.
- (B) 280, 320 e 400.
- (C) 280, 340 e 380.
- (D) 290, 350 e 380.
- (E) 290, 340 e 370.

16

Assinale a expressão que não pode ser utilizada para obter o valor do desconto racional “por dentro” de um título sob o regime de juros simples.

Considere as seguintes siglas:

VP = Valor Presente. VF = Valor Futuro. *i* = taxa de desconto. *n* = prazo. \times = multiplicação.

- (A) $VP \times i \times n$
- (B) $VF - VP$
- (C) $VF - VF / (1 + i \times n)$
- (D) $VF \times i \times n / (1 + i \times n)$
- (E) $(VF/VP - 1) \times (1/n)$

17

Atualmente, a taxa de inflação se encontra em torno de 6,5% ao ano. Suponha que o Banco Central (BC) estime que, para se alcançar o centro da meta inflacionária de 4,5%, sejam necessários 12 meses e taxa de juros real de 15% ao ano.

Sabe-se que, quanto maior o centro da meta e mais elevada a taxa real de juros, menor o prazo para alcançá-lo.

Caso o centro da meta fosse reduzido para 2%, e a taxa real de juros para 10%, o BC precisaria, para atingi-lo, de

- (A) 8 meses.
- (B) 18 meses.
- (C) 20 meses.
- (D) 33,75 meses.
- (E) 40,5 meses.

18

Suponha um título com valor de R\$ 100,00, cujo prazo de vencimento é de 2 meses. Assuma que a taxa de desconto “*por fora*” seja igual a 5% ao mês. O valor presente do título e o valor do desconto sob o regime de juros compostos são (em R\$), respectivamente, de

- (A) 90 e 10.
- (B) 90,25 e 9,75.
- (C) 85,74 e 14,26.
- (D) 95 e 5.
- (E) 105 e -5.

19

Suponha uma taxa de juros nominal de 10%. Considerando uma capitalização semestral, assinale a opção que indica a taxa efetiva anual equivalente.

- (A) 5%
- (B) 9,76%
- (C) 10%
- (D) 10,25%
- (E) 10,5%

20

Uma pessoa investe um montante de x reais para garantir um recebimento anual perpétuo de 100 reais. Sabendo que esse montante é remunerado à taxa de 1% ao ano, o valor de x é igual a:

- (A) 10.
- (B) 100.
- (C) 1000.
- (D) 10000.
- (E) 100000.

21

Suponha um financiamento cujo principal é de R\$ 100,00 e que deve ser liquidado em quatro prestações.

A taxa de juros é de 8% e o sistema de amortizações constantes é aplicado. Assim, o valor da última parcela será igual a

- (A) R\$ 25,00.
- (B) R\$ 27,00.
- (C) R\$ 29,00.
- (D) R\$ 31,00.
- (E) R\$ 33,00.

22

Suponha que um crédito pessoal de R\$ 500,00 seja tomado junto ao banco, à taxa de juros mensal de 50%, cujo prazo de pagamento seja de dois meses.

Considerando o modelo *Price* de pagamento, a parcela a ser paga no último mês e a amortização são, respectivamente, iguais a

- (A) R\$ 450,00 e R\$ 440,00.
- (B) R\$ 500,00 e R\$ 500,00.
- (C) R\$ 375,00 e R\$ 250,00.
- (D) R\$ 1125,00 e R\$ 500,00.
- (E) R\$ 750,00 e R\$ 500,00.

Direito Civil

23

Rita comprou um apartamento em um bairro tranquilo. Alguns meses depois de se instalar, Rita foi surpreendida com a inauguração de uma casa noturna no imóvel em frente ao seu. Não bastasse, o primeiro andar do estabelecimento foi transformado em bar que, por conta do movimento, passou a utilizar a calçada para colocar suas mesas. Com o sucesso do empreendimento, os burburinhos na madrugada começaram e, com o passar do tempo, Rita já não conseguia dormir em virtude do barulho. Inconformada, ajuíza uma ação em face do estabelecimento para que sejam tomadas as providências necessárias.

Sobre a hipótese sugerida, assinale a opção correta.

- (A) Rita deve vender seu imóvel e se mudar para outro lugar, uma vez que a música alta é característica das casas noturnas.
- (B) Deve ser aplicada multa ao estabelecimento apenas por causar o transtorno a Rita, independente de comprovação do excesso de ruído.
- (C) Ainda que Rita comprove o sofrimento e os prejuízos que esse fato vem lhe causando, além do excesso de ruído, não lhe serão devidos danos morais.
- (D) Se for comprovado que o barulho excede os limites impostos pela legislação, o juiz imporá multa ao estabelecimento com o fim de evitar reincidência.
- (E) O livre exercício da atividade empresarial não gera direito à indenização.

24

O Município do Recife resolve desapropriar imóvel de propriedade de João, que tinha como superficiário Joaquim, seguindo os trâmites legais do processo de desapropriação, considerando as normas relativas ao(s) direito(s) real(is) envolvido(s).

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente João receberá a justa indenização, já que somente o direito de propriedade será indenizável, por se tratar de direito real pleno.
- (B) O direito de superfície será extinto e, por isso, somente Joaquim receberá a indenização, já que é o único que possui a posse direta do bem.
- (C) A desapropriação dissolve tanto a propriedade quanto o direito de superfície, mas somente o proprietário receberá indenização por possuir a posse indireta.
- (D) Tanto João quanto Joaquim receberão indenização no valor correspondente ao direito real de cada um.
- (E) O Município não poderá desapropriar o imóvel na pendência de direito de superfície, sendo a propriedade resolúvel.

25

O Código Civil pátrio estabelece que a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. No entanto, é possível que a incapacidade cesse antes dos 18 anos, elencando o Código Civil as situações em que isso pode ocorrer.

Assinale a opção que apresenta uma situação que **não** é elencada pelo Código Civil como autorizadora de tal situação.

- (A) Casamento.
- (B) Colação de grau em curso superior.
- (C) Estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- (D) Concessão dos pais ou de um deles, na falta de outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial.
- (E) Exercício de emprego público efetivo.

26

A Lei de Introdução às Normas no Direito Brasileiro (DL nº 4657/42), denominação dada pela Lei nº 12.376/10 para a antiga Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, estabelece normas sobre vigência, aplicação, interpretação, integração e conflito de leis no tempo e espaço.

Com relação às previsões estabelecidas em tal diploma legal, analise as afirmativas a seguir.

- I. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando ela seja incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- II. Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.
- III. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

27

Luiz e Gerson nasceram no bairro X e são amigos de longa data. Ao constituírem família, decidiram continuar morando no mesmo bairro, tornando-se vizinhos. Tudo corria bem até que alguns problemas começaram a ocorrer entre os vizinhos.

A respeito do direito de vizinhança, assinale a opção correta.

- (A) Se houver uma árvore no terreno de Gerson e suas raízes e ramos começarem a invadir o terreno de Luiz, este poderá cortá-la até o ponto divisório, devendo restituir ao vizinho os frutos que caírem em seu terreno.
- (B) Se o prédio de Gerson não tiver acesso à rua, poderá ele, mediante pagamento de indenização, forçar o vizinho a constituir uma servidão de passagem.
- (C) Se não for mais possível determinar onde começa o terreno de Luiz e onde acaba o terreno de Gerson, um pode exigir do outro que proceda, com ele, à demarcação entre os dois terrenos e os limites serão determinados de acordo com a posse justa.
- (D) Gerson está obrigado a aceitar que Luiz, independente de aviso prévio, entre em seu terreno para buscar suas coisas, bem como quando for necessário realizar limpeza do muro divisório.
- (E) Se Gerson resolver criar porcos e galinhas em seu terreno, tal fato não gera o direito de Luiz exigir a construção de tapumes especiais para impedir a passagem dos animais.

28

Assinale a opção que indica duas espécies de Transmissão das Obrigações previstas no Código Civil.

- (A) Cessão de crédito e sub-rogação
- (B) Assunção de dívida e imputação
- (C) Sub-rogação e imputação
- (D) Dação e remissão
- (E) Assunção de dívida e cessão de crédito

29

As pessoas jurídicas podem ser classificadas como pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado.

A esse respeito, assinale a opção que o Código Civil indica como pessoa jurídica de direito público.

- (A) Autarquia
- (B) Partido político
- (C) Sociedade
- (D) Associação
- (E) Entidade religiosa

30

As opções a seguir apresentam direitos que ostentam a natureza jurídica de Direito Real, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A concessão de uso especial para fins de moradia
- (B) Usufruto
- (C) Penhora
- (D) Direito do promitente comprador do imóvel
- (E) Habitação

Direito Empresarial

31

Condado Confeitaria Ltda. arrendou o estabelecimento de uma de suas filiais, situado na cidade de Buíque, à sociedade empresária Calumbi, Machados & Cia. Ltda. Não houve notificação prévia do arrendamento aos credores quirografários do arrendador, apenas a publicação legal do contrato e seu arquivamento na Junta Comercial.

O contrato foi celebrado pelo prazo de quatro anos e contém estipulação estabelecendo que, durante sua vigência, o arrendador está proibido de fazer concorrência ao arrendatário na cidade de Buíque.

Com base nessas informações, é correto afirmar que a estipulação contratual é

- (A) válida, porque, no caso de arrendamento do estabelecimento, a proibição de concorrência ao arrendador persiste durante o prazo do contrato.
- (B) nula de pleno direito, porque viola os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, impedindo o restabelecimento do arrendador.
- (C) anulável, porque, no caso de arrendamento do estabelecimento, o prazo de proibição de concorrência ao arrendador limita-se aos cinco anos subsequentes à transferência.
- (D) não escrita, porque somente é possível proibir o restabelecimento em caso de alienação do estabelecimento e, ainda assim, até o limite de cinco anos.
- (E) é válida, porém ineficaz perante terceiros, porque, em havendo arrendamento do estabelecimento, o arrendador deveria ter notificado previamente seus credores quirografários.

32

Sobre as causas de resolução da sociedade em relação a um sócio (dissolução parcial) e seus efeitos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Verificada a resolução da sociedade por morte de sócio, proceder-se-á à liquidação de sua quota, salvo disposição diversa do contrato.
- (B) A exclusão do sócio por justa causa não o exime das responsabilidades pelas obrigações sociais preexistentes, até 1 (um) ano da data da averbação da resolução da sociedade.
- (C) Quando ocorrer a resolução da sociedade em relação a um sócio por retirada, os demais sócios devem proceder à investidura do liquidante para ultimar os negócios sociais.
- (D) O distrato é uma causa de resolução da sociedade em relação a um sócio e, em se tratando de sociedade empresária, deve ser deliberado pela maioria do capital social.
- (E) Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da quota deste será apurado com base no último balanço patrimonial aprovado.

33

As opções a seguir apresentam procedimentos que o liquidante de uma companhia em liquidação tem que seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Ele deve levantar de imediato o balanço patrimonial da companhia, em prazo não superior ao fixado pela assembleia-geral ou pelo juiz.
- (B) Ele deve exigir dos acionistas a integralização de suas ações, quando o ativo não bastar para a solução do passivo.
- (C) Ele deve convocar a assembleia-geral a cada seis meses para prestar-lhe contas dos atos e operações praticados no semestre, bem como apresentar-lhe o relatório e o balanço do estado da liquidação.
- (D) Ele deve determinar o modo de eleição dos membros do Conselho Fiscal que devam atuar durante o período de liquidação.
- (E) Ele não poderá gravar bens e contrair empréstimos sem expressa autorização da assembleia-geral, salvo quando indispensáveis ao pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir na atividade social, ainda que para facilitar a liquidação.

34

Alfredo Chaves exerce em caráter profissional atividade intelectual de natureza literária com a colaboração de auxiliares. O exercício da profissão constitui elemento de empresa. Não há registro da atividade por parte de Alfredo Chaves em nenhum órgão público.

Com base nestas informações e nas disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Alfredo Chaves não é empresário porque exerce atividade intelectual de natureza literária.
- (B) Alfredo Chaves não é empresário porque não possui registro em nenhum órgão público.
- (C) Alfredo Chaves será empresário após sua inscrição na Junta Comercial.
- (D) Alfredo Chaves é empresário porque exerce atividade não organizada em caráter profissional.
- (E) Alfredo Chaves é empresário independentemente da falta de inscrição na Junta Comercial.

35

Paulo Afonso, casado no regime de comunhão parcial com Jacobina, é empresário enquadrado como microempreendedor individual (MEI). O varão pretende gravar com hipoteca o imóvel onde está situado seu estabelecimento, que serve exclusivamente aos fins da empresa.

De acordo com o Código Civil, assinale a opção correta.

- (A) O empresário casado não pode, sem a outorga conjugal, gravar com hipoteca os imóveis que integram o seu estabelecimento, salvo no regime da separação de bens.
- (B) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, gravar com hipoteca os imóveis que integram o seu estabelecimento.
- (C) O empresário casado, qualquer que seja o regime de bens, depende de outorga conjugal para gravar com hipoteca os imóveis que integram o seu estabelecimento.
- (D) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, gravar com hipoteca os imóveis que integram o seu estabelecimento, salvo no regime da comunhão universal.
- (E) O empresário casado pode, mediante autorização judicial, gravar com hipoteca os imóveis que integram o estabelecimento.

36

Relacione as reservas previstas na Lei nº 6.404/76 às respectivas finalidades.

1. Reserva legal
 2. Reserva estatutária
 3. Reserva para contingências
 4. Reserva de capital
- () É criada pelo estatuto com indicação precisa e completa de sua finalidade; os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos destinados à sua constituição; e o limite máximo da reserva.
 - () Pode ser utilizada, dentre outras hipóteses, para resgate, reembolso ou compra de ações; resgate de partes beneficiárias; incorporação ao capital social; pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.
 - () É formada por destinação de parte do lucro líquido, mediante deliberação da assembleia-geral, por proposta dos órgãos da administração. Tem por finalidade compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.
 - () Tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. É constituída pela aplicação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, não excedendo 20% (vinte por cento) do capital social.

Assinale a alternativa que indica a relação correta, de cima para baixo.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4
- (B) 1 – 4 – 2 – 3
- (C) 4 – 2 – 3 – 1
- (D) 2 – 4 – 3 – 1
- (E) 4 – 3 – 2 – 1

37

Maria, Betânia e Custódia pretendem constituir uma sociedade empresária e consultam um especialista para saber quais são as cláusulas que devem, obrigatoriamente, constar no referido instrumento contratual.

As opções a seguir apresentam cláusulas obrigatórias do contrato, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Denominação, objeto, sede e prazo da sociedade.
- (B) De arbitragem ou compromissória.
- (C) Indicação das pessoas naturais incumbidas da administração, seus poderes e atribuições.
- (D) A quota de cada sócio e o modo de realizá-la.
- (E) O capital, expresso em moeda corrente, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária.

38

Com relação à desconsideração da personalidade jurídica, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nas demandas judiciais decorrentes do inadimplemento de contratos celebrados entre empresários individuais, pode o juiz decidir, de ofício, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- II. A medida pode ser decretada pelo juiz em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- III. Não pode ser aplicada a desconsideração para atingir bens do patrimônio da pessoa jurídica em favor de credor particular de sócio (desconsideração inversa).

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

39

Sobre os atos de competência do Registro Público de Empresas Mercantis (denominado atualmente Registro Empresarial), a cargo das Juntas Comerciais, assinale a afirmativa correta.

- (A) O registro compreende a matrícula dos leiloeiros, tradutores públicos e intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns-gerais, bem como o cancelamento dela.
- (B) Os atos concernentes a sociedades simples e a sociedades empresárias estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil estão sujeitos a arquivamento.
- (C) O arquivamento dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de associações, sociedades empresárias e cooperativas compete às Juntas Comerciais.
- (D) A autenticação dos instrumentos de escrituração das sociedades empresárias, do empresário individual, registrado ou não, e dos agentes auxiliares do comércio é de responsabilidade das Juntas Comerciais.
- (E) As Juntas Comerciais procederão ao assentamento dos usos e das práticas mercantis apenas quando houver provocação da Procuradoria ou de entidade de classe interessada.

40

O complexo de bens organizado e titularizado por empresário para o exercício de atividade econômica em caráter profissional, que pode ser objeto unitário de direitos e negócios jurídicos, denomina-se

- (A) aviamento.
- (B) firma.
- (C) empresa.
- (D) estabelecimento.
- (E) matriz ou sede.

Direito Financeiro

41

Com relação às receitas públicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) São ordinárias as receitas públicas que representam maior intensidade de ingresso de recursos.
- (B) São ordinárias as receitas públicas que representam a exploração, pelo Estado, de patrimônio próprio.
- (C) São extraordinárias as receitas que representam menor impacto de ingresso de recursos.
- (D) Tem natureza derivada a receita proveniente das heranças vacantes, que beneficiem o Estado.
- (E) São receitas derivadas as provenientes do patrimônio dos particulares, impostas coercitivamente.

42

Diretor Geral de Empresa Pública indaga se os créditos provindos de “*Dívida Ativa*”, que compõem o balanço patrimonial, poderão ser considerados como Ativo disponível, para fins de amortização da dívida fundada interna e da dívida flutuante que compõem o passivo obrigações em circulação e o passivo exigível a longo prazo, para cumprir o Art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Nesse caso, a consulta teria resposta

- (A) positiva, desde que o crédito esteja revestido dos atributos de certeza e liquidez.
- (B) negativa, dado que a mera inscrição na dívida ativa não significa que os valores tenham sido arrecadados.
- (C) positiva, já que os créditos inscritos regularmente no cadastro da Dívida Ativa representam direito creditício da Administração.
- (D) positiva, desde que os valores sejam exigíveis e não haja mais possibilidade de impugnação pelo devedor.
- (E) negativa, inclusive para hipótese de depósito para discussão sobre o crédito inscrito.

43

Com relação ao *Crédito Público*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A competência para legislar sobre a matéria é reservada pela Constituição Federal à União.
- II. Não editada lei federal, os Estados exercerão competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades.
- III. É de competência do Congresso Nacional, com sanção da Presidência da República, dispor sobre moeda.
- IV. É de competência das Assembleias Legislativas Estaduais a autorização de operações externas de natureza financeira relativas aos Estados Membros.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.

44

Com relação ao modelo orçamentário brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Está definido na Constituição Federal, sendo composto por quatro instrumentos: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (B) Tem natureza impositiva, sendo fruto da iniciativa do Poder Executivo, que envia os projetos de lei para apreciação e votação do Poder Legislativo.
- (C) Estabelece, de forma nacional, os objetivos, as diretrizes e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) Confere ao Poder Legislativo a competência de, através de comissão mista formada por senadores e deputados, apreciar os projetos das leis orçamentárias e suas alterações.
- (E) É formado por leis ordinárias, cada qual com um escopo legislativo definido e específico, o que permite autonomia na execução de seus objetivos e metas.

45

Determinado Chefe do Poder Executivo, preocupado em obedecer ao princípio orçamentário da unidade, solicita esclarecimentos de como deve apresentar suas receitas e despesas.

Sobre tal dúvida, assinale a opção correta.

- (A) A obediência ao princípio da unidade requer a apresentação do orçamento em um só documento.
- (B) O orçamento deve contemplar os valores líquidos das despesas e receitas do Estado.
- (C) Os orçamentos fiscal, de investimento e de seguridade social devem ser harmônicos entre si.
- (D) O princípio em comento obriga que, na peça orçamentária, só se possa tratar de receitas e despesas públicas.
- (E) O orçamento em questão deve prever o remanejamento de recursos, para fazer face à carência de verbas em determinada dotação.

46

A respeito do controle e da fiscalização da execução orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

- I. Envolve a verificação posterior das contas da administração pública.
- II. Envolve o exame concomitante das contas da administração pública.
- III. Envolve o controle prévio da prática do ato de execução orçamentária.
- IV. Envolve a análise da oportunidade e conveniência das despesas públicas.
- V. Envolve a avaliação da execução dos programas de governo.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas IV e V estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e V estiverem corretas.

47

Com relação à certidão da dívida ativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Possível o protesto das certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.
- (B) Incabível o protesto das certidões de dívida ativa, sendo a certidão da dívida ativa um título cambiariforme.
- (C) Não existe óbice ao protesto das certidões de dívida ativa, desde que proposta ação de execução fiscal.
- (D) O protesto das certidões de dívida ativa não encontra respaldo na Lei de Execuções Fiscais, sendo, portanto, vedado.
- (E) O protesto das certidões de dívida ativa representa ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e do devido processo legal.

48

O prefeito do município Alpha quer saber se pode constituir empréstimo com o Fundo de Assistência e Aposentadoria dos Servidores Públicos Municipais, concedendo-se ao Fundo em questão garantia de câmbio quanto à desvalorização da moeda.

Nesse caso, a resposta a essa consulta seria

- (A) positiva, já que a garantia de câmbio permite a cobertura integral dos riscos da desvalorização da moeda.
- (B) positiva, desde que o pagamento de tal empréstimo ocorra com os mesmos acréscimos que os valores receberiam se depositados em aplicações do Fundo.
- (C) negativa, já que o patrimônio desses fundos só pode ser utilizado para cobrir as aposentadorias dos funcionários públicos.
- (D) negativa, exceto se lei específica o autorizar, determinando todas as condições do pagamento do empréstimo pelo município.
- (E) negativa, pois os valores do Fundo constituem patrimônio destinado aos servidores a ele filiados, com vinculação específica conforme a Constituição Federal.

49

O Presidente de Câmara Municipal quer saber se os rendimentos das aplicações financeiras eventualmente feitas pela Câmara ao longo do exercício financeiro, ao findar deste, podem ser apropriados pela própria Câmara Municipal.

A resposta a tal consulta é

- (A) afirmativa, já que tais recursos representam receita extraordinária própria.
- (B) afirmativa, devendo haver o depósito desses valores em caixa especial.
- (C) negativa, mas a apropriação será admitida se for evidenciada no balanço financeiro.
- (D) negativa, por se tratar de receita extrapatrimonial e reverterá ao Município.
- (E) negativa, pois por não ter capacidade arrecadatória, tais valores pertencem ao Município.

50

O Prefeito de determinado Município quer saber como deve ser enquadrada a contratação de pessoal realizada mediante credenciamento, ou seja, foi estabelecido o preço do serviço, e a Prefeitura pretende contratar os interessados que preenchem os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, não sendo viável, na hipótese, competição, e tendo sido obedecidos os requisitos constitucionais e legais.

Nesta hipótese, tal contratação deve compor

- (A) a rubrica “*outras despesas de pessoal*”, em havendo substituição de servidores ou empregados públicos.
- (B) a rubrica “*outras despesas de pessoal*”, mesmo que as atividades desempenhadas pelos contratados sejam acessórias às que competem ao órgão ou entidade contratante.
- (C) a rubrica “*outras despesas correntes*”, quando o serviço público a ser prestado possibilitar uma pluralidade de contratos simultâneos.
- (D) a rubrica “*outras despesas de pessoal*”, se o cargo ocupado não estiver incluído no Plano de Cargos e Salários do Município.
- (E) a rubrica “*outras despesas correntes*”, caso a contratação caracterize relação direta de emprego.

Auditoria

51

A respeito da materialidade, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de apuração científica e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis.
- (B) O conceito de materialidade é aplicado pelo auditor no planejamento e na execução da auditoria, bem como na avaliação do efeito de distorções identificadas na auditoria e de distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis.
- (C) Ao planejar a auditoria, o auditor exerce julgamento sobre a magnitude das distorções que são consideradas relevantes para determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- (D) A materialidade determinada no planejamento da auditoria não estabelece necessariamente um valor abaixo do qual as distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, serão sempre avaliadas como não relevantes.
- (E) Ao estabelecer a estratégia global de auditoria, o auditor deve determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.

52

Para determinar se o trabalho dos auditores internos está adequado aos fins da auditoria, o auditor independente deve avaliar as circunstâncias a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A competência técnica dos auditores internos.
- (B) A probabilidade de que o trabalho dos auditores internos seja realizado com o devido zelo profissional.
- (C) O grau de materialidade envolvido na avaliação da evidência de auditoria coletada pelos auditores internos.
- (D) A probabilidade de que haja comunicação eficaz entre os auditores internos e o auditor independente.
- (E) A objetividade da função de auditoria interna.

53

A respeito de uma amostra de auditoria, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população da qual será retirada a amostra.
- II. O auditor deve selecionar itens para a amostragem de forma que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.
- III. Ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve considerar os fins específicos a serem alcançados e a combinação de procedimentos de auditoria que devem alcançar esses fins.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

54

Sobre a produção e detecção de fraude, analise as afirmativas a seguir.

- I. O auditor, que realiza auditoria de acordo com as normas, deve garantir que as demonstrações contábeis como um todo não apresentem distorções relevantes, causadas por fraude ou erro.
- II. O risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de fraude é mais baixo do que o risco de não ser detectada uma fraude decorrente de erro.
- III. A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e por sua administração.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

55

Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. Permite que o auditor dedique atenção apropriada às áreas importantes da auditoria.
- II. Permite que o auditor identifique e resolva problemas potenciais tempestivamente.
- III. Permite que o auditor organize adequadamente o trabalho para que a auditoria seja realizada de forma eficaz e eficiente.
- IV. Permite que o auditor selecione os membros da equipe de trabalho com níveis apropriados de capacidade e competência para responderem às evidências esperadas e aloque apropriadamente os recursos.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

56

O reconhecimento pelo auditor de que existem circunstâncias que podem causar distorção relevante nas demonstrações contábeis revela o requisito ético relacionado à auditoria de demonstrações contábeis, denominado

- (A) julgamento profissional.
- (B) evidência funcional.
- (C) ceticismo profissional.
- (D) condução apropriada.
- (E) conformidade legal.

57

O auditor, ao expressar opinião de que as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável, produz o seguinte efeito:

- (A) revela as distorções do planejamento da auditoria das demonstrações contábeis.
- (B) reduz os riscos de auditoria das demonstrações contábeis o que gera segurança para os usuários.
- (C) proporciona o aumento de evidências de auditoria das demonstrações contábeis.
- (D) aumenta o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.
- (E) assegura que os objetivos operacionais desejados pela administração foram alcançados.

58

Os procedimentos de avaliação de risco, que procuram obter evidência de auditoria a respeito do desenho e da implementação dos controles relevantes, podem incluir as ações relacionadas nos itens a seguir:

- I. indagações junto ao pessoal da entidade.
- II. observação da aplicação de controles específicos.
- III. inspeção de documentos e relatórios.
- IV. acompanhamento das transações por meio de sistema de informação relevante para as demonstrações contábeis.

Assinale:

- (A) se todos os itens estiverem corretos.
- (B) se somente os itens I, II e III estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II, III e IV estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e IV estiverem corretos.
- (E) se somente os itens II e IV estiverem corretos.

59

O revisor do controle de qualidade do trabalho deve realizar uma avaliação objetiva dos julgamentos e das conclusões feitas pela equipe de trabalho e atingidas ao elaborar o relatório.

Essa avaliação deve envolver os aspectos relacionados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Revisão da documentação selecionada, relativa aos julgamentos significativos feitos pela equipe de trabalho, e das conclusões obtidas.
- (B) Revisão das demonstrações contábeis e do relatório proposto.
- (C) Discussão de assuntos significativos com o sócio encarregado do trabalho.
- (D) Implementação das conclusões resultantes das consultas.
- (E) Avaliação das conclusões ao elaborar o relatório e consideração sobre sua adequação.

60

Nas atividades de planejamento da auditoria, deve-se estabelecer uma estratégia global que defina seu alcance, sua época e sua direção, a fim de orientar o desenvolvimento do plano de auditoria.

Os procedimentos a serem adotados estão listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Identificar as características do trabalho para definir o seu alcance.
- (B) Definir os objetivos do relatório do trabalho, de forma a planejar a época da auditoria e a natureza das comunicações requeridas.
- (C) Considerar, para orientar os esforços da equipe do trabalho, os fatores que, no julgamento profissional do auditor, são irrelevantes.
- (D) Considerar os resultados das atividades preliminares do trabalho de auditoria.
- (E) Determinar a natureza, a época e a extensão dos recursos necessários para realizar o trabalho.

Contabilidade Pública

61

Em relação à previsão e à arrecadação da receita pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) As previsões da receita devem ser acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos cinco anos anteriores e da projeção para os três seguintes àquele a que se referem.
- (B) As previsões de receita devem observar as normas técnicas e legais e considerar os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.
- (C) O Poder Executivo de cada ente deverá colocar à disposição do Ministério Público, no mínimo dez dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, com exceção da corrente líquida.
- (D) O montante previsto para as receitas de operações de crédito deve ser igual ou maior que o das despesas de capital do projeto de lei orçamentária.
- (E) A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo poderá ser admitida se comprovada fraude, erro ou mudança de política contábil.

62

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a operação de crédito representa um compromisso financeiro que pode ser assumido em razão dos motivos a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Aquisição financiada de bens.
- (B) Abertura de crédito, emissão e aceite de título.
- (C) Contratação de serviços.
- (D) Recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços.
- (E) Arrendamento mercantil.

63

Segundo a Lei Complementar nº 101/200, se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar seu limite ao final de um quadrimestre, deverá ser reconduzida a ele até o término dos três quadrimestres subsequentes.

Após vencido o prazo de retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente poderá

- (A) realizar operação de crédito interna ou externa.
- (B) realizar operação de crédito por antecipação de receita.
- (C) receber transferências voluntárias da União.
- (D) receber transferências voluntárias do Estado.
- (E) refinarciar o principal atualizado da dívida monetária.

64

De acordo com a NBC T 16.10, Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, assinale a opção que indica o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques.

- (A) Identificação específica
- (B) Método do varejo
- (C) Último que entra, primeiro que sai (UEPS)
- (D) Primeiro que entra, primeiro que sai (PEPS)
- (E) Custo médio ponderado

65

Leia o fragmento a seguir.

Demonstração contábil que evidencia a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie do exercício anterior e os que serão transferidos para o exercício seguinte.

O fragmento apresenta o conceito de

- (A) balanço patrimonial.
- (B) balanço orçamentário.
- (C) balanço financeiro.
- (D) demonstração das variações.
- (E) demonstração do resultado do exercício.

66

Em relação aos Restos a Pagar, assinale a afirmativa correta.

- (A) Devem ser contabilizados como receita orçamentária.
- (B) Representam as despesas empenhadas e pagas até o dia 31 de dezembro.
- (C) Não há distinção entre as despesas processadas e as não processadas em seu registro.
- (D) Seu registro será feito por credor e por exercício.
- (E) Os empenhos que correrem à conta de créditos com vigência plurianual e que ainda não foram liquidados, deverão ser contabilizados, como restos a pagar, no primeiro ano de vigência do crédito.

67

O princípio contábil que serve de base à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e fatos que afetam o patrimônio da entidade pública é o Princípio da

- (A) Oportunidade.
- (B) Continuidade.
- (C) Competência.
- (D) Prudência.
- (E) Entidade.

68

Uma entidade do setor público deve manter procedimentos uniformes de registros contábeis, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, em rigorosa ordem cronológica, como suporte às informações.

Para que as informações sejam apresentadas de modo a não privilegiar interesses específicos e particulares de agentes e/ou entidades, elas devem apresentar a seguinte característica:

- (A) confiabilidade.
- (B) imparcialidade.
- (C) fidedignidade.
- (D) integridade.
- (E) objetividade.

69

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistema de informações, cujos subsistemas convergem para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público.

Nesse sentido, o subsistema de compensação registra, processa e evidencia

- (A) os fatos não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
- (B) os custos dos bens e serviços produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública.
- (C) os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- (D) os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
- (E) os fatos relacionados aos ingressos e aos desembolsos financeiros, bem como as disponibilidades no início e final do período.

70

Os juros da dívida pública e a amortização da dívida pública devem ser contabilizados, respectivamente, como

- (A) transferência corrente e transferência de capital.
- (B) transferência de capital e transferência corrente.
- (C) transferência corrente e transferência corrente.
- (D) transferência de capital e inversão financeira.
- (E) despesa de custeio e inversão financeira.

Realização

 **FGV PROJETOS**